

Senado aprova empréstimo consignado para beneficiários de programas sociais[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O Senado aprovou uma medida provisória que causou preocupação em quem estuda os indicadores sociais no Brasil. Segundo especialistas, a medida pode estimular o endividamento ainda maior da população mais vulnerável. A votação da medida provisória não estava prevista na sessão desta quinta-feira (7) do Senado. A três meses da eleição, foi incluída na pauta e aprovada em poucos minutos. O relator, senador Davi Alcolumbre, do União Brasil, disse que ela vai facilitar o acesso ao crédito das famílias mais pobres. "Estamos ampliando para os beneficiários dos programas sociais do governo a possibilidade de acessarem um crédito muito mais barato em uma instituição financeira regularizada através do Banco Central do Brasil", afirmou Alcolumbre. O senador Humberto Costa, do PT, criticou a aprovação da medida: "O ideal seria que nós tivéssemos outras ações para geração de empregos, para controle da inflação. Isso é o que a gente está precisando." A medida provisória estava em vigor desde março, quando foi editada pelo presidente Jair Bolsonaro. No Congresso, os parlamentares aprovaram a MP e aumentaram o limite para o empréstimo consignado. O texto elevou de 35 para 40% o limite para o empréstimo consignado de empregados com CLT, servidores públicos ativos e inativos e pensionistas. Já para os aposentados da Previdência, o limite de comprometimento da renda com o empréstimo aumentou de 40% para 45%. Pela primeira vez, os beneficiários do BPC, o Benefício de Prestação Continuada, poderão pedir empréstimo consignado. A parcela do auxílio comprometida também pode chegar a 45%. A MP incluiu, ainda, pela primeira vez, quem recebe o Auxílio Brasil. Esses cidadãos poderão fazer empréstimos de até 40% do valor que recebem de benefício. O texto segue agora para a sanção presidencial. Se Bolsonaro sancionar, vai virar lei. O governo estima que o novo pacote vai injetar R\$ 77 bilhões na economia. Economistas veem a aprovação da medida provisória com preocupação. Açam que ela pode estimular o endividamento das famílias de baixa renda, os mais vulneráveis da população, e lembram que o aumento do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, é provisório. Vale apenas até o fim do ano. "Eu acho uma certa temeridade você fazer sem uma ação de educação financeira, fazer às pressas isso. Eu acho que o empréstimo consignado é uma boa notícia quando chega, mas depois ele tem que ser pago, a inflação está alta, os juros reais são altos. Sob essa taxa de juros real e sob essa taxa de inflação, é extremamente perigoso pegar empréstimos consignados principalmente se a sua renda é baixa e se o valor do benefício que você vai receber vai cair ao longo do tempo. Acho que pode ser uma armadilha para população de baixa renda", afirma Marcelo Neri, pesquisador da FGV Social.

